

INTERCULTURALIDADE E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: UM ENCONTRO DECOLONIAL NO TERREIRO ÀÁFIN OSUMARE

Maria Ferreira

Mestranda no Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Triângulo Mineiro e membra do Grupo de Pesquisa - Livro Didático de História: sujeitos, práticas pedagógicas e ensino de História.

cidaajr@gmail.com

Fátima J. R. Martins

Professora de Geografia e mestrandna em Educação pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro
martins.fatimaeneliomartins@gmail.com

Rosemberg Ferracini

Professor Adjunto na Universidade Federal do Triângulo Mineiro Uberaba no curso de Geografia e na Pós-Graduação em Educação PPGE - UFTM
rosemberg.ferracini@uftm.edu.br

Vânia Cardoso da Silva Moraes

Professora e Supervisora Educacional I na Secretaria Municipal de Educação de Patos de Minas. Doutoranda no Programa de Pós graduação em Educação da Universidade Federal do Triângulo Mineiro.
vaniaprod@yahoo.com.br

Beatriz. A. Ferreira

Graduada Direito, em Gestão Pública e em Enfermagem. Integra o coletivo educador do componente curricular “Interculturalidade e Educação Popular: saberes afro-ameríndios decoloniais,” da Universidade Federal do Triângulo Mineiro
aafinosumare.efon@gmail.com

RESUMO: Neste artigo abordamos a relevância cada vez mais urgente de se fazer cumprir a Lei 11.645/2008, que altera a Lei 9.394/1996 e modifica a Lei 10.639/2003, tornando obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Esse tema foi tratado na disciplina “Interculturalidade e Educação Popular: Saberes Afro-Ameríndios Decoloniais”, do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (PPGE-UFTM). Discorremos sobre algumas atividades vivenciadas no terreiro ÀÁfin Osumare com a mestra Yá

Bia D'Osumare, que nos ensinou a enegrecer. Em diálogo com a mestra, durante o semestre, problematizamos esse componente curricular e elaboramos como produto final uma Bionarrativa Social (BIONAS), que é um Recurso Educacional Aberto (REA). Propomos a interseccionalidade de gênero e raça como resultado desses encontros, entendendo o exercício da cidadania e da resistência como ferramenta do empoderamento negro. Concluímos que, através desses conhecimentos, é possível repensar nossas práticas, enegrecer e nos empoderar como mulheres e homens pretos, a fim de promover, em nossa atuação profissional, a promoção de uma educação intercultural, decolonial e antirracista.

Palavras-chave: Interculturalidade. Antirracismo. Educação Popular.

INTERCULTURALITY AND ANTI-RACIST EDUCATION: A DECOLONIAL MEETING AT THE TERREIRO ÀÁFIN OSUMARE

ABSTRACT: In this article, we discuss the growing urgency in enforcing Law 11.645/2008, which alters Law 9.394/1996 and modifies Law 10.639/2003, mandating the teaching of African Brazilian and Indigenous History and Culture. This subject was discussed in the "Interculturality and Education: Decolonial Afro-Amerindian Knowledge" course of the Post-Graduation in Education program of the Federal University of Triangulo Mineiro (PPGE-UFTM). We discussed some activities we experienced at the ÀÁfin Osumare terreiro with master Yá Bia D'Osumare, who taught us to blacken ourselves. In conversation with the master during the semester, we questioned this curriculum component and elaborated a Social Bionarrative (BIONAS) that is also an Open Educational Resource (OER). We propose the intersectionality of gender and race as a result of these encounters, as we see the exercise of citizenship and resistance as a tool for Black empowerment. We conclude that, through this knowledge, it is possible to rethink our practices, blacken and empower ourselves as Black women and men, to promote intercultural, decolonial, and anti-racist education in our professional activity.

Keywords: Interculturality. Anti-racism. Popular Education

1 INTRODUÇÃO

Este artigo resulta dos múltiplos encontros vividos, durante o segundo semestre de 2024, no componente curricular “Interculturalidade e Educação Popular: Saberes Afro-Ameríndios Decoloniais”, do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (PPGE-UFTM), ministrado pelos professores Dr. Danilo Seithi Kato e Dr. Rosemberg Ferracini, com a participação de mestres(as) dos saberes afro-ameríndios. Trata-se da narrativa de um encontro de homens e mulheres que perpassam diferentes territórios, confluindo em um mesmo desejo: uma educação antirracista, intercultural e decolonial capaz de alcançar os muitos meninos e meninas negros do Brasil.

No texto exploramos a importância de superar paradigmas eurocentrados no ensino e de se incluir saberes afro-ameríndios excluídos dos currículos oficiais e invisibilizados nos materiais didáticos. Relatamos ainda o marcante encontro com a mestra Yá Bia D'Osumare, sacerdotisa do Candomblé em Uberaba-MG, liderança que promove educação intercultural e antirracista e inspira reflexões sobre identidade e ancestralidade. Apresentamos, por fim, a construção de uma Bionarrativa Social (BIONAS), que destaca o impacto da colonialidade na formação das mulheres negras, frequentemente submetidas a silenciamentos e processos de embranquecimento, discutindo a interseccionalidade e o desejo de enegrecer¹ as práticas educacionais.

À BIONAS incorporamos histórias pessoais e experiências vividas nos territórios dos povos afro-ameríndios, bem como os encontros com mestres(as) que trouxeram cosmovisões que confrontam o modelo epistemológico eurocentrado predominante na academia. Esses(as) mestres(as) compartilharam saberes que enfatizam espiritualidade, comunidade, ancestralidade e resistência. Em diálogo com a literatura, foram trabalhados conceitos como decolonialidade e interculturalidade crítica e, subvertendo o sistema educacional tradicional, concluímos que é possível construir uma educação intercultural, antirracista e decolonial por meio da valorização dos saberes afro-ameríndios. Essa abordagem exige inconformismo, rebeldia e transgressão diante das estruturas monoracionais do ensino tradicional. Os encontros experienciados abriram caminhos para repensar práticas profissionais na educação, saúde e pesquisa, promovendo uma transformação profunda nas perspectivas epistemológicas das autoras².

A disciplina citada, de viés intercultural e com o diferencial da presença dos(as) mestres(as) dos saberes afro-ameríndios como professores(as), agregou conhecimento ao retratar a cultura desses povos originários e tradicionais, mudando paradigmas dos nossos conhecimentos acadêmicos fortemente eurocentrados. Existem saberes e fazeres não incluídos nos documentos oficiais, invisibilizados nos conteúdos curriculares, e superficialmente abordados em livros didáticos, que priorizam a homogeneização e a estereotipia em detrimento do acolhimento à diversidade. A ênfase dos sistemas educativos oficiais em preparar os sujeitos para o mercado de trabalho pode reduzir o papel dos processos formativos, estabelecendo uma racionalidade técnica que pouco atende às questões que afligem a maioria da população

¹ Enegrecer é uma expressão utilizada por Sueli Carneiro (2003), em seu artigo “Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero”, quando se refere à maior representatividade das mulheres negras em todos os meios da sociedade.

² Das três autoras deste artigo, duas atuam como professoras e uma como enfermeira.

explorada e desterritorializada. Assim, “a ideia de um coletivo educador consiste em uma desobediência acadêmica, uma insurgência no plano epistêmico, recolocando a própria ordem do dizer” (Kato; Teixeira, 2022, p. 10).

Foram encontros potentes com esse coletivo educador, que partilhou experiências vividas e nos trouxe uma nova percepção de educação, aquela que realmente é intercultural, decolonial e antirracista. A disciplina considerou o Sul epistemológico³ e permitiu que os saberes afro-ameríndios fossem ouvidos com toda a consideração que lhes é devida.

Entre os vários diálogos com os saberes afro-ameríndios, um deles foi especial: com a mestra Yá Bia D’Osumare Iyalorixá. Mulher preta⁴ e periférica, como ela mesma diz, enfrentou e enfrenta inúmeros desafios, preconceitos e racismo, e hoje é liderança religiosa do Candomblé na cidade de Uberaba-MG. Além do papel espiritual desenvolvido em sua casa – ÀÁfim Osumare –, faz um trabalho político e social, promovendo na vida da comunidade a educação intercultural, decolonial e antirracista. Yá, sendo mulher preta, ciente de sua fragmentação e dos desafetos da colonialidade⁵, conseguiu agregar seus pedaços de subjetividade após viver toda sorte de discriminação e formar sua identidade com empoderamento, mesmo com todos os desconfortos. Seu sonho é que sua luta faça com que essa educação chegue a todas as escolas públicas deste país, alcançando as muitas meninas negras que ainda não se reconhecem empoderadas com a força da ancestralidade.

Essa vivência nos levou a olhar para nós mesmas como mulheres negras. Reconhecemos os nossos fragmentos, os silenciamentos sofridos, a africanidade e a ancestralidade roubadas, quando criadas numa educação eurocentrada, em que nossas origens simplesmente não eram sequer pronunciadas. Fomos, assim, capazes de discutir a interseccionalidade⁶, que por toda a vida vivemos, e perceber que ela atinge muitas meninas negras. E, para superar a educação que silencia, desejamos enegrecer novamente, pois uma das consequências da colonialidade que trazemos em comum é o embranquecimento sofrido

³ Epistemologias do Sul é um termo/conceito designado em 1995 por Boaventura de Sousa Santos (Santos; Menezes, 2009), para definir a supressão dos saberes originários ocorrida nos últimos séculos pela classe dominante. Enaltece os saberes que sobreviveram e nos leva a refletir sobre essa resistência.

⁴ Na classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as pessoas que se autodeclararam como “pretas” ou “pardas” são inseridas no contingente como “negras”.

⁵ Colonialidade é um conceito construído pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano (2019) ao tratar das questões cultural, racial e de violenta desigualdade econômico-social imposta aos países colonizados.

⁶ A interseccionalidade investiga como as relações de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária, entre outras, podem influenciar as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade. Ela é “uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas” (Collins; Bilge, 2020, p. 16-17).

durante nossas vidas. Aprendemos a ser “mulheres embranquecidas”, fomos educadas para sobreviver ao preconceito e ao racismo, nos enchendo apenas daquilo que a cultura dominante ofertava. Desse modo, na escola ou na universidade, fomos pessoas de um “não lugar”, de um não pertencimento, uma vez que não tivemos a oportunidade de ver os saberes afro-ameríndios discutidos numa aula, de ver em livros qualquer assunto que remetesse aos conhecimentos ancestrais de origem afro-ameríndia.

Sobre o “não lugar”, Glória Anzaldúa (1987), em seu livro *Borderlands La Frontera, The New Mestiza*, relata tal situação. Por ser mulher habitante da fronteira entre México e Estados Unidos, uma mestiça que se compõe de múltiplas culturas, revela o desconforto de estar na fronteira, mas também a possibilidade de não nos importarmos tanto com ela. Fronteira aqui deve ser entendida para além do geográfico. Anzaldúa demonstra que as culturas não são estáticas, mas podem se misturar formando quem somos. Aponta que é relevante a interação entre as culturas existentes num espaço físico, dando a cada uma seu devido valor na formação de nossa identidade, quando estamos na posição do “não lugar” ou “entre-lugares”. Transitar pelos territórios dos(as) mestres(as) permitiu-nos superar a fronteira, conceito criado pelo colonizador para segregar e classificar. Nesse sentido, entendemos que a educação intercultural, decolonial e antirracista é possível e merece todos os nossos esforços para que se torne realidade por onde passarmos.

Durante o semestre tivemos muitos encontros com Yá Bia e com os(as) demais mestres(as) que passaram pela disciplina. Essa experiência nos permitiu ver a possibilidade de quebrar o ciclo de silenciamento no qual fomos forjadas, de modo que nos propomos a repensar nossas práticas profissionais, como pesquisadoras, professoras e profissional da saúde, e no intuito de superar os paradigmas impostos pela colonialidade. E, em diálogo com Yá Bia, construímos a BIONAS intitulada “Interculturalidade e educação antirracista: a história de um encontro decolonial”, na qual colocamos os elementos de nossa história pessoal, dos territórios em que transitamos e do desejo comum de uma educação que floresça a interculturalidade.

2 APRENDENDO A EDUCAÇÃO INTERCULTURAL E DECOLONIAL: A CONSTRUÇÃO DE SABERES AFRO-AMERÍNDIOS

No início da disciplina foi proposta a construção de uma Bionarrativa Social como

produto final. Ao longo do semestre, muitas dinâmicas foram realizadas para compor os grupos responsáveis por sua elaboração. A primeira delas foi uma grande roda de circularidade ancestral, uterina e de cura, em que reverberaram o acolhimento, a aceitação sem amarras do eu e do outro, e foi mostrada a interculturalidade de forma prática e singela. Esse processo também incluiu uma dinâmica de formação de palavras geradoras individuais, que se uniriam no decorrer das aulas até resultar em uma palavra final do grupo.

Nessa circularidade presente nas aulas, sentimos o “pertencimento”⁷, palavra que expressa a congruência do entrelaçamento das palavras geradoras – fé, família e essencialidade⁸. Logo, fomos convidadas a continuar a jornada e experimentar os saberes que compõem os territórios além-fronteira. O desenvolvimento da BIONAS abarcou o que de mais profundo nos tocou nesses encontros.

Fleuri (2024, p. 53) descreve o trajeto percorrido por grupos de forma semelhante ao que ocorre na disciplina em questão, cuja construção de conhecimento se dá

[...] por um percurso de construção livre, não hierárquica e criativa que, embora siga um fluxo comum, se (re)inventa a partir do encontro com cada grupo, que traça seu próprio caminho e, por sua vez, se alimenta das trajetórias individuais de cada sujeito envolvido.

Ao citar a “Construção do Eu” para o constructo do coletivo, o autor evidencia a fragilidade do (eu) pensamento individual, e aí percebe-se toda a tentativa persistente do apagamento sofrido da nossa cultura, dos povos originários, e, na incapacidade da compreensão dos olhares outros, que provoca hoje uma inabilidade de expressar as relações dialógicas.

Experimentamos os saberes que compõem os diversos territórios dos povos afro-ameríndios e saberes populares/tradicionais, trazidos pelo coletivo educador, através da porta a eles aberta na universidade pelos(as) professores(as) organizadores(as) da disciplina. Cada mestre(a) mostrou-se disponível para construir conhecimentos coletivamente, promovendo acolhimento e, ao mesmo tempo, despertando uma inquietação que se refletiu não só no grupo, mas principalmente de forma individual.

Acreditamos que essa inquietação, para alguns, surgiu do confronto entre os saberes forjados na dureza epistemológica da ciência de moldes eurocentrados com os saberes dos povos afro-ameríndios, que permitem aprender e sentir sem que o cognitivo seja ameaçado

⁷ Palavra geradora final da vivência descrita no memorial do grupo formado através da dinâmica.

⁸ Palavras geradoras escolhidas individualmente pelo trio que compôs o grupo a partir das vivências propostas.

pelo emocional. Essa nova maneira de construir conhecimento causou resistência em alguns e estranheza na maioria dos(as) professores(as) e pesquisadores(as), pois nunca tiveram uma formação nesse padrão intercultural. Porém, superado o estranhamento inicial, veio a compreensão de que uma ciência outra é possível e que há caminhos diversos para a produção de conhecimento. Muitos(as) se extasiaram com a possibilidade de ver, na universidade, uma formação pautada no respeito aos saberes de sua origem e à ancestralidade, até então ignorados.

Fato é que, como cursistas pesquisadoras, experimentamos encontros de saberes de interculturalidade viva através de um coletivo educador composto pelo Cacique Japoteru, do povo Pataxó, e pela indígena Vanessa Sagica, do povo Makuxi/Wapixana, que revelaram a cosmovisão de seus povos e o estrago causado pela colonização em seus territórios, linguagem e maneira de viver. Ambos, cada um na sua perspectiva, nos levaram a sentir, a ser, a viver o que nos rodeia. Cacique Japoteru nos mostrou que cada ente encantado⁹ possui uma força e uma essência que nos liga ao todo.

Mestre General Pio – General da Congada –, que nos revelou o que a presença viva e sentida da fé pode fazer e até onde pode chegar, testemunhou a cura pela fé de uma mãe rezadeira. Revelou a força de uma comunidade que se organiza, e como é imensurável o que esse povo unido, sob a égide de uma matriarca, pode receber de graças mediante sua Fé.

Mestre Aranha, com mais de 40 anos dedicado à Capoeira, ensinou que ela é amizade, é confluência¹⁰, é dança, é guerra, é ginga, e pode ser o que você quiser, mas saiba que o seu querer será colhido e replantado, tal qual foi plantado. Por fim, mestra Yá Bia D'Osumare, Sacerdotisa do Terreiro de Candomblé, mostrou que Mãe é força, é comunidade e é caminho, é o outro e é você, que traz o acolhimento. Traz a ancestralidade a serviço da comunidade, é caminho para “homens cegos”¹¹.

Todos(as) eles(as) são lideranças em suas comunidades e representantes autênticos(as) dos saberes dos povos originários e tradicionais. Saberes e formas outras de conhecimento se colocaram na produção de nosso conhecimento enquanto professoras, pesquisadoras e profissional da área da saúde. Tivemos acesso aos conhecimentos de

⁹ Os encantados são parte fundamental da espiritualidade de algumas comunidades indígenas e estão ligados ao território ancestral desses povos (Encantado, c2025).

¹⁰ Confluência é a lei que rege a relação de convivência entre os elementos da natureza e nos ensina que nem tudo o que se junta se mistura, ou seja, nada é igual (Santos, 2015).

¹¹ Homens cegos, no sentido de não estarem dentro da culturalidade, absortos em seu próprio eu; sem conectividade com os outros.

diversas comunidades e às cosmovisões que são capazes de promover uma educação intercultural, decolonial e antirracista não só nos territórios onde esses(as) mestres(as) atuam, mas também na universidade e, por consequência, nas escolas e em outros espaços onde uma de nós atua como profissional da saúde.

Desses encontros foi solicitada a escolha de um(a) mestre(a) para a composição de uma BIONA¹². O trio escolheu então Mãe Bia, que é retratada adiante, na seção “Revisitando a história de Fatinha e Anaya: um processo de autoafirmação”.

2.1 DIÁLOGOS COM A LITERATURA

Em sua obra, Freire (2011) aponta para as tentativas de apagamento da ancestralidade, presentes nas entrelinhas dos conteúdos programáticos advindos de projetos político-pedagógicos. Esse silenciamento se evidencia quando a Lei 10.639/2003 (Brasil, 2003) não é efetivamente implementada nas aulas não só de Artes e História, mas também na integralidade do currículo, em matérias que foram baseadas primordialmente em conhecimentos ancestrais. Tal lacuna reforça a lógica eurocêntrica, que se apropria de culturas e saberes, tomando-os como seus.

No espaço do componente curricular, subvertendo o sistema, os saberes dos povos originários e tradicionais – que o sistema de ensino insiste em silenciar em nome de uma “ciência pura” – trilharam o caminho para uma educação orientada pela decolonialidade¹³, pela interculturalidade crítica¹⁴ e pelo antirracismo. Esses encontros nos mostraram a educação para além daquela monocultural e eurocentrada a que, por anos, fomos submetidas. Mostraram que é possível viver a educação intercultural, decolonial e antirracista na práxis educacional, quando se abraçam e validam conhecimentos e cosmovisões diversos.

Walsh (2009) aponta que devemos entender a interculturalidade como processo e projeto de construção de modos “outros” do poder, do saber, do ser e do viver, que vão além

¹² Termo originado dentro de um projeto denominado Caravana da Diversidade, que tinha o objetivo primeiro de estudar a relação das propostas pedagógicas das Instituições de Ensino Superior e questões culturais – desigualdade e identidade docente (Marcos; Silva, 2024).

¹³ Decolonialidade é dar vista, por meio das pessoas e de suas práticas sociais, epistêmicas e políticas, às lutas contra a colonialidade, é “uma estratégia que vai além da transformação da descolonização, ou seja, supõe também construção e criação” (Oliveira; Candau, 2010, p. 24).

¹⁴ Interculturalidade crítica é um projeto político, social, epistêmico e ético questionador do modelo de sociedade vigente, partindo do problema do poder, seu padrão de racialização e da diferença colonial, construída em função disso (Walsh, 2009).

dos pressupostos e manifestações atuais da educação intercultural bilíngue ou da filosofia intercultural. Para a autora não se trata apenas de argumentar pela simples relação entre grupos, práticas ou pensamentos culturais, incorporando os tradicionalmente excluídos dentro das estruturas (educativas, disciplinares ou de pensamentos), mas sim de enfrentar e transformar as estruturas e instituições que posicionam grupos, práticas e pensamentos dentro de uma ordem e lógica que, ao mesmo tempo, é racial, mas ainda moderno-ocidental e colonial.

Trata-se de

[...] assumir uma orientação decolonial, que desafia e derruba as estruturas sociais, políticas e epistêmicas da colonialidade – estruturas até agora permanentes – que mantêm padrões de poder enraizados na racialização, no conhecimento eurocêntrico e na inferiorização de alguns seres como menos humanos (Walsh, 2009, p. 24).

Rodrigues Junior (2018, p. 80) afirma que se no projeto ocidental houve a subalternização, o desencantamento e o desaparecimento de inúmeros saberes (aqui se consideram os saberes afro-ameríndios), faz-se necessário “invocar um outro espírito que os restitua”, e para tal é preciso fazer um ebó epistemológico¹⁵, o qual “compreende todas as operações teórico/metodológicas que vêm a produzir efeitos de encantamento nas esferas de saber”. O componente curricular nos permitiu refletir e pensar a educação decolonial, intercultural e antirracista que,

[...] como prática emancipatória, deve incorporar instâncias de inconformismo, rebeldia e transgressão. Os modos de educação praticados nas bandas de cá não podem estar isentos de uma crítica que revele suas faces coloniais, nem de giros epistemológicos que desmantelem os arranjos alicerçados em estruturas monorracionais (Rodrigues Junior, 2018, p. 78).

Na educação, muitos caminhos são apontados. Optamos por trilhar aquele da construção de conhecimento que considera os saberes ancestrais como pensamento científico, ciência e tecnologia, válidos e importantes para nós, pesquisadoras e professoras da educação e da área da saúde, que se descobriram negras e conscientes da situação da mulher negra no Brasil.

¹⁵ Ebó, no Candomblé, significa rito de limpeza.

2.2 EXPERIÊNCIAS INTERCULTURAIS

A seguir apresentamos uma narrativa de encontros, maneira de superar a rigidez da escrita acadêmica, que se afasta da singularidade da experiência e dos elementos socioafetivos. Esse tipo de escrita nos leva pela narrativa, por meio de diferentes linguagens – imagens, vídeos e sons, entre outras – a expressar experiências singulares (Kato; Fonseca, 2021).

O encontro narrado ocorreu entre nós – três mulheres negras pesquisadoras – e uma quarta mulher, mestra, preta e empoderada. E, partindo de elementos do território preto, do terreiro de Candomblé, das forças político-sociais afro-ameríndias, decidimos tecer uma narrativa de empoderamento dedicada a todas as meninas negras, àquelas que são empoderadas pelos seus cabelos *black*s e àquelas que são discriminadas por ele; àquelas que aprenderam o valor de seu povo e a beleza de sua pele; àquelas que sofreram o embranquecimento pelo apagamento de sua cultura e ancestralidade; àquelas a quem o sistema educacional tradicional e eurocentrado não foi e ainda não é capaz de acolher; àquelas que foram subestimadas e venceram barreiras; e a toda mulher negra que escreve sua história, mesmo sendo invisibilizada paulatinamente.

3 REVISITANDO A HISTÓRIA DE FATINHA E ANAYA: UM PROCESSO DE AUTOAFIRMAÇÃO

A BIONAS resultante do trabalho feito no componente curricular foi apresentada em um arquivo digital, no formato de PDF, com duas personagens que personificaram mulheres pretas e suas afetações ao longo da vida. De um lado, uma que, silenciada, só conhece mais da cultura afro-ameríndia na pós-graduação; de outro, uma mulher preta empoderada, que decidiu viver sua fé, conhecer suas raízes e levar as tradições de origem africana para os seus. Ao simular um encontro entre essas duas mulheres, a BIONAS relata um diálogo entre elas que nos leva a pensar, refletir e homenagear a resistência e a luta da mulher preta que, para sobreviver e manter suas raízes em meio a um racismo estrutural vigente no país, escolhe lutar e desenvolver projetos sociais sozinha, sem apoio dos órgãos governamentais.

A partir dos diálogos com a mestra Yá Bia D'Osumare, criamos a personagem Anaya para homenageá-la e divulgar o trabalho sociopolítico e educacional que a Iyalorixá desenvolve para além da religiosidade. Rico e relevante, é exemplo de luta por uma educação intercultural e decolonial, bem como pelo respeito e cumprimento às Leis 10.639/2003 (Brasil, 2003) e

11.645/2008 (Brasil, 2008), que alteram a Lei 9.394/1996 (Brasil, 1996) – a qual estabelece as bases da educação nacional (LBD) – e tornam obrigatória a inclusão da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” em todas as escolas do Brasil.

Além dessa obrigatoriedade no Ensino Fundamental e Médio, em escolas públicas e privadas, preveem ainda a criação de mecanismos e processos de reflexão que promovam a sensibilização e a conscientização; a valorização da produção e do conhecimento acadêmico para os estudantes negros; e a formação de professores e profissionais da educação para que atuem numa perspectiva de ensino da história e cultura africana e afro-brasileira (Brasil, 2004).

Embora represente um relevante avanço na luta antirracista no território brasileiro, essa legislação ainda não se consolidou na maioria dos sistemas educacionais do país. Sabemos que uma lei em si não é capaz de mudar uma realidade histórica, por isso é gritante a necessidade de implementá-la através da formação de professores e profissionais da educação, o que depende, sobretudo, de vontade política.

Nesse contexto, Yá Bia D’Osumare é incansável na defesa de que esses direitos sejam garantidos nas escolas em relação à cultura e religiosidade do povo negro. Considerando que o Estado é laico, conforme a lei, não se deveria impor a religião do colonizador nem negar uma religião em detrimento de outra.

Assim, a bionarrativa criada procura atender a essa legislação, sendo um Recurso Educacional Aberto (REA) que mostra a realidade de duas mulheres negras que tiveram acessos diferentes à cultura afro-brasileira. A Figura 1 ilustra as duas personagens presentes na BIONAS: à direita, está Fatinha, que personifica as experiências de nós, pesquisadoras negras, que não tivemos a oportunidade de conhecer nossas origens africanas na escola e crescemos sob o jugo da cultura dominante; à esquerda, inspirada na mestra Yá Bia, encontra-se Anaya, uma menina preta, criada na fé católica, que na adolescência conhece as religiões de matriz africana, atraída pelos tambores de um terreiro de Candomblé, e torna-se mãe de santo. Essa personagem representa, sem romantização, que é possível enfrentar a batalha contra o racismo e o preconceito, e a receita de sucesso é individual, cada um sabe qual é a sua.



Figura 1 – Personagens Fatinha (à direita) e Anaya (à esquerda) da BIONAS “Interculturalidade e educação antirracista: a história de um encontro decolonial”

Fonte: Elaboração própria (2024).

A BIONAS inicia apresentando a mestra Yá Bia e a situação de muitas mulheres negras no país; em seguida, ao som da música Arroboboi, Oxumarê (As cores [...], 2021), são introduzidas as personagens. Fatinha é uma mulher preta que, em sua trajetória escolar, vivenciou um sistema de ensino que a silenciou e não lhe permitiu conhecer de fato sua história e ancestralidade. Tal oportunidade surge somente mais tarde, já na Pós-Graduação em Educação, quando conhece um pouco desse passado ancestral através de uma disciplina que envolve mestres(as) dos saberes afro-ameríndios. É nesse momento que se dá o “start” para a construção de uma educação intercultural, decolonial e antirracista, capaz de reverberar tanto nas escolas públicas quanto nos locais de trabalho dos(as) profissionais e pesquisadores(as) da educação. Nesse percurso, a personagem trilha um caminho e segue conhecendo os(as) diversos(as) mestres(as) que por ali passaram (Figuras 2).



Figura 2 – Personagem Fatinha trilhando os caminhos da disciplina “Interculturalidade e Educação Popular: Saberes Afro-Ameríndios Decoloniais”
Fonte: Elaboração própria (2024).

Em sua jornada, Fatinha encontra-se com Anaya (Figura 3) e, num diálogo longo, conhece a história de vida dessa mulher e começa a perceber o silenciamento vivido.



Figura 3 – Encontro de Fatinha e Anaya
Fonte: Elaboração própria (2024).

Nesse momento, introduz-se a música “Exu a Luz do meu Caminho” (2019), que retrata a força dessa divindade das religiões de matriz africana, capaz de mostrar caminhos. A história

segue narrando como Anaya, sentada nos degraus da igreja católica, onde ia com sua avó, sentia-se atraída pelos tambores de um terreiro localizado nos fundos da igreja (Figura 4). Também foi uma menina não percebida por seus(suas) professores(as) e sofria preconceito relacionado à cor de sua pele, ao cabelo crespo e aos traços físicos de sua ascendência negra.



Figura 4 – Anaya menina
Fonte: Elaboração própria (2024).

Nesse momento a BIONAS chama a atenção para o silenciamento, o preconceito e o racismo vivenciados por muitas crianças negras, inclusive dentro do sistema educacional, onde frequentemente são negligenciadas. Muitas dessas meninas, jovens e mulheres negras, por vezes, não conseguem sequer dimensionar o silenciamento sofrido, pois foram criadas em um sistema imposto pelo colonizador, que naturalizou tais práticas. Assim, essas meninas apenas tentam sobreviver a essas violências.

A BIONAS também mostra que ainda é deficitária a formação inicial e continuada de professores(as) e demais profissionais, no sentido de promover uma educação intercultural e antirracista.

[...] o discurso da eficiência técnica para a atuação no mercado de trabalho tem se destacado frente a uma formação que se preocupe com a reflexão, a criatividade e a capacidade de escuta dos profissionais da docência; características fundamentais para que seja possível alargar o universo de vozes circulantes no âmbito dos espaços formais de ensino, promovendo um ensino mais humanizador e menos violento com as diferenças (Kato; Fonseca, 2021, p. 246).

Contudo, iniciativas como a que vivemos, ao cursar um componente curricular tão diferente e poderoso, comprometido em romper com a educação colonial, enchem-nos de inspiração para levar, seja a uma sala de aula, seja a uma enfermaria com estudantes da área da saúde, um pouquinho do que aprendemos com pessoas dispostas a lutar contra a colonialidade e a construir saberes que libertam e fortalecem aqueles, antes, subalternizados. Quando a educação como prática da liberdade tem afirmação em escolas e faculdades, é possível movermos para além da humilhação, rumo a um lugar de reconhecimento humanizador, pois a humilhação desumaniza, e não existe lugar melhor do que a sala de aula para convidarmos os estudantes a pensar para além de todas as fronteiras, questionando, confrontando e superando o secreto trauma da vergonha (hooks, 2021).

A BIONAS segue narrando o amor de Anaya pelos tambores, a musicalidade dessa cultura que exalta a beleza negra e com a música Povoada (2021), que exorta a sororidade que as mulheres negras devem buscar para juntas conseguirem se empoderar. Na sequência é traçada a história de formação da personagem, que é graduada em Direito, Administração Pública e Enfermagem, com duas pós-graduações e um MBA em Saúde do Trabalhador, e dedica-se ao Candomblé e ao trabalho social de acolhimento em sua casa, o ÀÁfin Osumare (Figura 5).



Figura 5 – Anaya Iyalorixá desenvolvendo sua fé e trabalhos sociais
Fonte: Elaboração própria (2024).

São apresentadas, então, as falas dessa grande mulher, destacando sua religiosidade, sua conexão com a África, a relação do Candomblé com a preservação ambiental e a importância das folhas e da água nos ritos. Destaca-se a importância desse encontro para a personagem Fatinha, que consegue compreender o quão distante esteve da cultura afrodescendente. Em forma de poema, alguns desafios vividos por mulheres negras são narrados (Figura 6).

Ser mulher preta é muitas vezes lutar contra o
embranquecimento,
ser mulher preta é saber escurecer sem sentir
vergonha,
ser mulher preta é romper o silêncio.
É desafiador para a mulher preta romper esse
silêncio,
É desafiador ser mulher preta, mãe, esposa e
querer estudar.
Assim como é desafiador para a mulher preta
imigrante, marginalizada que também tem
filhos, querer estudar
É desafiador também para a mulher que não
quer ter filhos,
para a mulher trans ou para a mulher
homossexual.
É desafiador ser mulher preta.

Figura 6 – Poema da BIONAS
Fonte: Elaboração própria (2024).

Uma homenagem à mestra Yá Bia D'Osumare (Figura 7) encerra a BIONAS. Ao participar da disciplina, a mestra reafirma sua crença de que os projetos político-pedagógicos das escolas de ensino fundamental e médio, assim como os currículos da graduação e da pós-graduação, a exemplo do componente curricular que cursamos, possam fazer valer a Lei 10.639/2003 (Brasil, 2003). Que a educação para as relações étnico-raciais de fato se concretize institucionalmente e não apenas por iniciativas isoladas de alguns(mas) professores(as) ou unidades de ensino, mas que o sistema educacional brasileiro consiga promover a educação intercultural e antirracista. A mestra nos inspirou a enegrecer novamente.



Beatriz Alves Ferreira, mestra dos saberes afro-ameríndios, faz parte do coletivo educador da disciplina “Educação Popular: Saberes Afro-Ameríndios Decoloniais”, do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (PPGE-UFTM): Iyalorixá do Candomblé, em Uberaba-MG. Homenageada nesta BIONAS, inspirou a personagem Anaya.

Figura 7 – Homenagem à mestra Yá Bia D’Osumare
Fonte: Acervo pessoal de Yá Bia D’Osumare (2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da disciplina cursada, percebemos em nós mesmas e no grupo emoções, aflições, vivências de limitações sistêmicas (na vontade de agir e continuar a fazer a diferença). Isso nos levou a perguntar, em diversos momentos, o que fazer e como concretizar “o fazer” da interculturalidade em nossos projetos de vida, no projeto que propúnhamos à UFTM e no que vamos propor à comunidade – em nosso dia a dia como professoras –, refletindo sobre o impacto gerado no meio em que vivemos e no qual pretendemos atuar. Ao mesmo tempo também nos encontramos com vencedores(as) que conseguiram ver e trilhar outros caminhos. Nesse processo, nos descobrimos fazendo um caminho próprio.

A experiência de cursar um componente curricular tão diferente dos padrões encontrados na pós-graduação foi ímpar. Conhecer uma mulher como Yá Bia e os(as) demais mestres(as) permitiu – a nós mulheres pretas e aos(as) colegas afro-ameríndios – sermos quem somos. Eles(as) nos ensinaram que podemos escurecer¹⁶, nos desfazer do

¹⁶ Escurecer: palavra, em seu sentido restrito, referida como “sem luz”, “obscurecido”. Em dicionários de viés eurocêntrico e dicotômico, é entendida como algo ruim; porém, para os povos originários Revista Percurso - NEMO ISSN: 2177- 3300 Maringá, v. 17, n.2 , p. 9 - 28, 2025

embranquecimento imposto, nos conectar com a ancestralidade silenciada e nos empoderar. Essa vivência mostrou que a interculturalidade é possível; para nós, profissionais da educação, pode começar – e começa – com um gesto, um desejo de promover a educação decolonial e antirracista.

A formação nesse viés nos torna profissionais desejosos(as) de exercer o trabalho de maneira mais comprometida com os povos originários e tradicionais, entendendo o quanto relevantes são os seus saberes. Nas frestas da universidade, ao ouvir a história contada pelo povo negro e indígena, descobrimos que o caminho é libertador. Como registrado por Ferracini (2020, p. 238), “é imperativo elucidar os temas silenciados historicamente, desenvolver atividades pedagógicas e artísticas que construam uma educação para a igualdade racial, de forma a colaborar para uma formação humana que promova valores não racistas”. É libertador proporcionar esses conhecimentos nas escolas e universidades, empoderando estudantes indígenas e negros(as), historicamente invisibilizados(as), a se reconhecerem, a se permitirem ser quem são. É também libertador, como profissionais da educação, perceber que é possível incentivar meninas negras a se permitirem escurecer.

Felizmente ou infelizmente, mas ainda em tempo, foi necessária a promulgação de leis e alterações consequentes para que fronteiras fossem reconhecidas como tal e para que se compreendesse a necessidade de cruzá-las. Só assim o conhecimento popular e afro-ameríndio, que nos incita à conexão com nossa ancestralidade, pôde começar a ser reconhecido nas escolas e universidades, espaços historicamente voltados à manutenção da hegemonia eurocentrada. Que nós, profissionais da educação, possamos fazer reverberar em nosso meio e além dos muros das instituições a importância da conexão com a nossa ancestralidade, a partir da introjeção dos saberes afro-ameríndios e dos saberes populares.

REFERÊNCIAS

- ANZALDÚA, G. **Borderlands/La frontera:** the new mestiza. San Francisco: Aunt. Lute, 1987.
- AS CORES e dores de Oxumarê. Intérprete: Juliana D. Passos. Compositor: Marluci Teodora Ferreira. [S. l.: s. n.], 2021. 1 vídeo (3 min 13 s). Publicado pelo canal Juliana D. Passos. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=6MECLR8mJpE. Acesso em: 15 set. 2025.

tradicionais, a escuridão precede a luz, são complementares. Aqui é utilizada no sentido de se aceitar como pessoa negra que possui uma ancestralidade que foi emudecida, mas pode e deve ser retomada.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. **Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro-Brasileira’, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003.

BRASIL. **Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008.** Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n. 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, DF: Presidência da República, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP 003/2004, 10 de março de 2004.** Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF: MEC, 2004.

CARNEIRO, S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: RACISMOS contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano, 2003. cap. 7, p. 49-58.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade.** Tradução: Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2020.

ENCANTADO. In: MICHAELIS: Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, c2025. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/encantado>. Acesso em: 29 ago. 2025.

EXU a luz do meu caminho. Intérprete: Sandro Luiz. Compositor: Braguinha D’Oxaguiam. [S. I.: s. n.], 2019. 1 vídeo (5 min 54 s). Publicado pelo canal Sandro Luiz. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=lMg4xihC_54. Acesso em 25 nov. 2024.

FERRACINI, R. Aprendendo com a comunidade-terreiro em Palmas-TO na luta antirracista. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/As (ABPN),** [s. I.], v. 12, n. esp., p. 221-242, 2020. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/863>. Acesso em: 15 set. 2025.

FLEURI, R. M. Bem viver e educação: em busca de um espaço de conversidade”. In: FLEURI, R. M. **Viver em plenitude:** compartilhando práticas e tecendo saberes decoloniais. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024. cap. 2, p. 51-53.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 50. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

HOOKS, b. **Ensinando comunidade:** uma pedagogia da esperança. Tradução: Kênia Cardoso. São Paulo: Elefante, 2021.

KATO, D. S; FONSECA, J. B. Z. Autoria, território e alteridade uma formação intercultural de professores de ciências. **Cadernos CIMEAC,** Uberaba, v. 11, n. 3, 2021. DOI: 10.18554/cimeac.v11i3.5986. Disponível em: <https://seer.ufmt.edu.br/revistaelectronica/index.php/cimeac/article/view/5986>. Acesso em: 15 set. 2025.

- KATO, D. S.; TEIXEIRA, L. A. S. (org.). **Interculturalidade e Educação Popular:** Bionarrativas Sociais para a diversidade. Belém: RFB Editora, 2022.
- MARCOS, R. T.; SILVA, F. A. R. Narrativas no ensino de ciências: histórias de atingidos pelo crime socioambiental da Samarco. **Experiências em Ensino de Ciências**, Cuiabá, v. 19, n. 1, 2024. Disponível em: www.fisica.ufmt.br/eenciojs/index.php/eenci/article/view/1381. Acesso em: 15 set. 2025.
- OLIVEIRA, L. F.; CANDAU, V. M. F. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 15-40, 2010. Disponível em: www.scielo.br/j/edur/a/TXxbbM6FwLJyh9G9tqvQp4v/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 15 set. 2025.
- POVOADA. Intérprete e compositora: Sued Nunes. [S. l.: s. n.], 2021. 1 vídeo (2 min 08 s). Publicado pelo canal Ação Brasil & África. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xiBPeOncSKM>. Acesso em: 15 set. 2025.
- QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. **Espacio Abierto**, Maracaibo, v. 28, n. 1, p. 255-301, 2019. Disponível em: www.redalyc.org/journal/122/12262976015/12262976015.pdf. Acesso em: 15 set. 2025.
- RODRIGUES JUNIOR, L. R. Pedagogia das encruzilhadas. **Periferia**, Duque de Caxias, v. 10, n. 1, p. 71-88, 2018. DOI: 10.12957/periferia.2018.31504. Disponível em: [https://www.e-publicacoes.uerj.br/periferia/article/view/31504](http://www.e-publicacoes.uerj.br/periferia/article/view/31504). Acesso em: 15 set. 2025.
- SANTOS, A. B. **Colonização, Quilombo:** modos e significados. Brasília, DF: INCTI; UnB; INCT; CNPq; MCTI, 2015.
- SANTOS, B. S.; MENEZES, M. P. (org.). **Epistemologias do sul.** Coimbra: Edições Almedina, 2009.
- WALSH, C. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, V. M. (org.). **Educação intercultural na América Latina:** entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009. v. 7, p. 12-43.